

## O Surgimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e a Gênese da Ideia Nacional

Verediana Carolina da Silva

Resumo: Este trabalho pretende compreender a gênese da ideia de nação brasileira, através do aprofundamento nas produções historiográficas realizadas em meados do século XIX, pela elite econômica e literária ligada ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, bem como seu surgimento. O Brasil, a antiga colônia portuguesa, e promissor Império, com seu vasto território, natureza diversa e exuberante, apresentando costumes, povos, climas, relevo diverso, rica fauna e flora, dentre outros aspectos característicos de nossas várias regiões, remetiam a certa descentralização, tudo que a Império não precisava para se desenvolver e consolidar-se. Tornando necessário pensar na ideia de nação enquanto um todo. Esse pensamento remete ao despertar de um pertencimento, onde ao se sentir como parte integrante do todo, nos identificamos e conseqüentemente temos a valorização e o cuidado, sentimentos necessários no contexto da construção da identidade nacional. E para consolidar esse intento surge o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o IHGB, criado em 1838, uma instituição nos moldes de academia, inspirada no Institut Historique de Paris, com a finalidade de efetuar um levantamento documental, metodizar, publicar ou arquivar documentos e estudos pertinentes para a história e geografia do Império. Esses estudos eram publicados trimestralmente na Revista do IHGB, bem como biografias, discursos e homenagens fúnebres, legitimando nossos heróis, relatos de viagens pelo interior do território entre outros. Pois cabia a elite literária atentar as histórias regionais em prol da escrita de uma história única para nação, visando uma homogeneização, e contando para isso com o apoio, proteção, incentivo e até a presença do Imperador D.Pedro II em sessões do Instituto. Inúmeros e importantes estudos foram publicados na Revista do IHGB, em se tratando de gênese temos o exemplo do bávaro Karl Friedrich Phillip Von Martius, vencedor do prêmio dado pelo Instituto a melhor proposta de escrita da história do Brasil, que serviu de inspiração para muitos historiadores que escreveram a história nacional. Podemos destacar o trabalho do primeiro historiador brasileiro a escrever a história desta nação, Francisco Adolfo Varnhagen, que publica suas pesquisas em meados de 1850. Assim através das produções publicadas na revista do IHGB, pela elite, membros, sócios e correspondentes do IHGB, e utilizando neste trabalho estudos realizados por autores como Lilia Schwarcz, Bernardo Ricupero, José Murilo de Carvalho, Manoel L.S. Guimarães, José Carlos Reis, entre outros. Deprendemos qual a necessidade de suscitar a ideia de nação no século XIX e como ela se deu no Brasil, bem como a criação do Instituto diretamente envolvido neste processo.

Palavras chave: IHGB, Nação brasileira, História Cultural.

No Brasil oitocentista, em meados do segundo reinado surge a necessidade de se pensar sobre a ideia nacional, com a responsabilidade de suscitar pensamentos e sentimentos que caracterizam a nação.

“Era preciso criar a ideia de homem brasileiro, de povo brasileiro, no interior de um projeto de nação brasileira. Sobretudo: era preciso perceber a nação como diferença e continuidade colonial e como continuidade da diferença colonial.” (REIS, 2002, p.31)

O amplo território, a variedade de costumes e hábitos das diferentes regiões do Brasil, bem como dos grupos que as habitavam, emanava possibilidades de vários pontos de vista e histórias regionais sobre seus primeiros habitantes e seus “descobridores”. Informações descentralizadas, ora deslocadas do contexto da nação, exprimindo o que não se pretendia para a antiga colônia portuguesa e promissor Império.

Afinal o que caracteriza uma nação além do idioma, costumes, leis, religião, entre outros aspectos, é a ideia de buscar a unidade garantindo sua continuidade. Em se tratando do imenso território brasileiro podemos deduzir esforços diretamente proporcionais.

No anseio de consolidar o poderio da Coroa, a unidade imperial, certa uniformidade cultural evitando fragmentações, ideias como o pertencimento, onde ao se sentir como parte integrante do todo, nos identificamos e conseqüentemente temos a valorização e o cuidado, sentimentos necessários no contexto da construção da identidade nacional, indagações como “quem somos?”, “de onde viemos?”, além de pré-requisito para essa reflexão, ainda nos remete a pretensões futuras, para “aonde vamos?” ou até “onde almejamos chegar”.

O auspicioso Império com seus poucos séculos de “existência”, busca entre outros aspectos, salientar sua origem europeia, para através desta, incentivar o futuro imperial promitente. Esta genealogia data de aproximadamente 1500, onde através do Oceano Atlântico, a expedição portuguesa, chefiada por Pedro Alvares Cabral aporta neste solo e encontra o vasto território, á primeira vista considerado como ilha, logo após denominada Terra de Vera Cruz e transformada em colônia portuguesa.

Desbravar a colônia, conhecer suas capacidades, minerais, de fauna, flora, especiarias, madeira, fertilidade da terra, ocupa o momento inicial da chegada lusitana, que logo divide esforços com a necessidade de “civilizar” os indivíduos que aqui encontraram, os indígenas, e catequiza-los, são atitudes propostas na relação conquistador e conquistado.

Nesta relação a unidade cultural entre metrópole e colônia, é importante para que se componha esses novos indivíduos à partir de seus referenciais, evitando o desconhecido e as conseqüências desfavoráveis que isso pode trazer para seus colonizadores.

Estreitos laços ente metrópole e colônia ocorrem ainda no período colonial, quando Rio de Janeiro torna-se residência da família real portuguesa, que “estimulada” pelas tropas napoleônicas, prestes a invadir Portugal, faz com que batam em retirada da Europa para sua principal colônia.

D. João ao chegar desocupa imóveis para residir e abrigar sua corte. Com o passar do tempo novas construções surgem, melhorias como estradas, banco, organização comercial, indústrias, biblioteca, museu, parques, instituições de ensino, dão um toque de metrópole à então colônia. Anos depois parte da família real retorna a Portugal, e em 1822, independente, o Império parte para novos tempos no Novo Mundo, como era conhecida a América.

Para legitimar um futuro tão promissor quanto o do Velho Mundo, o jovem e amplo Império necessita delimitar seu espaço, definir sua gênese, a identidade nacional, buscando ao mesmo tempo em que se distancia de histórias particulares, registros dispersos, voltar o olhar para a escrita de uma história “única” e comum para seu vasto território.

O Brasil independente de Portugal necessitava de um perfil próprio e a elite realiza a “tarefa de pensar o Brasil segundo seus postulados próprios de uma história comprometida com o desvendamento do processo da gênese da Nação” (GUIMARÃES, 1988, p.6)

Neste contexto de gênese da nação brasileira surge o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o IHGB. Criado em 21 de outubro de 1838, uma instituição nos moldes de academia, de acordo com “as academias literárias provinciais francesas do século XIII” (Idem, 1988, p.6), e inspirada no Institut Historique de Paris (fundado em 1834, e com estreito contato principalmente nos primeiros anos de nosso Instituto e através de membros em comum).

De acordo com este modelo acadêmico, o IHGB mantém a tradição da centralização de informações das diferentes regiões do país, remetidas para o Rio de Janeiro, ponto de unificação no que diz respeito a se pensar em histórias regionais em prol da história do Brasil.

Em 25 de novembro de 1839, o primeiro secretário do Instituto, Januário da Cunha Barbosa apresenta em discurso as principais diretrizes do IHGB, de acordo com Guimarães, estabelece “para o desenvolvimento dos trabalhos: a coleta e publicação de documentos relevantes para história do Brasil e o ensino público, de estudos de natureza histórica.” (1988, p.8).

O primeiro artigo do estatuto já deixa claros seus objetivos: “o IHGB tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os arquivos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”. (apud RICUPERO, 2004, p.114)

Administrativamente o Instituto define o número de 50 membros ordinários (25 na seção de História e 25 na seção de Geografia), possuindo número ilimitado de sócios correspondentes nacionais, estrangeiros e sócios de honra, além da proteção do Imperador D. Pedro II.

Apreciador das artes e das letras o Imperador, além de apoiar financeiramente era frequentador assíduo das sessões do Instituto, ao contrário de sua participação na Câmara, restrita a aberturas e encerramento das atividades no início e fim do ano.

Esse apreço reflete em incentivar as produções do IHGB e a necessidade de unir as peças do quebra cabeça Brasil, no intuito de formar o retrato da nossa nação, através da escrita sistematizada da história nacional, que se dará principalmente pelas letras advindas da “elite econômica e literária carioca” (SCHWARCZ, 1998, p.126).

Na primeira metade do século XIX a formação acadêmica era privilégio de poucos, muitos realizavam seus estudos no exterior, de acordo com Carvalho, até 1850 a maioria dos membros da elite foi educada em Coimbra e outra característica relevante é que “a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia em consequência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades” (CARVALHO, 1981, p.51).

É o que demonstra ao observarmos os sócios do Instituto, que no geral possuíam formação jurídica, eram servidores públicos, magistrados, professores, militares, parlamentares, conselheiros, grande parte deles engajados no aparelho do Estado, enfim pessoas ilustres da sociedade.

Além dessas características quem era essa e elite? Carvalho (1981, p.51) afirma que “era uma ilha de letrados num mar de analfabetos”, afinal cerca de um terço da população não lia e de acordo com Schwarcz, ao mesmo tempo em que essa elite “se perguntava incessantemente sobre sua identidade, sobre sua verdadeira singularidade” (1998, p.148).

Desta forma a história brasileira será escrita por um grupo

composto em sua maior parte da “boa elite” da Corte e de alguns literatos selecionados, que se encontravam sempre aos domingos e debatiam temas previamente escolhidos, o IHGB pretendia fundar a história do Brasil, tomando como modelo uma história de vultos e grandes personagens sempre exaltados, tal qual heróis nacionais. (Idem 1998, p.127)

Nas publicações da revista nos deparamos com exemplos desta exaltação, na biografia de muitos destes brasileiros, já denominados no título destes textos: “Biographia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc”, palavras que antecediam o nome completo dos personagens a serem descritos. Pois a história “deveria eternizar os fatos

memoráveis da pátria e salvar do esquecimento os nomes dos seus melhores filhos.” (REIS, 2002, p.26)

Além das biografias, discursos e homenagens fúnebres, muitos trabalhos publicados na Revista do IHGB utilizavam a História e Geografia do território brasileiro para definir a nação. Visando “produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites brasileiras” (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Essa homogeneização se utilizará dos estudos realizados para a produção dos textos apresentados no IHGB, escritos após pesquisas, levantamento de documentação no interior e exterior do país, viagens e expedições ao interior do território, registrando povos, costumes e práticas, relevo, limites e fronteiras, vegetação, rios, elaboração de mapas, estudos sobre clima, fauna, biografias de personagens relevantes, os “Brasileiros distintos” para serem publicados na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, trimestralmente. Sendo a primeira edição datada de 1839.

Partindo da afirmação de Schwarcz (1998, p.141) que “tudo colabora para a construção de uma identidade feita de muitos empréstimos e várias incorporações”, percebemos que a exaltação de nossos atributos externos e internos, sendo os principais a natureza, rica e o território amplo, com variedades e belezas quase incontáveis, descritos em muitos dos estudos geográficos e também históricos.

Desde os primórdios tempos do descobrimento do Brasil, muitas incorporações ocorreram para a formação nacional e o despertar do nacionalismo, ainda que contando com empréstimos de hábitos e costumes mais europeus do que propriamente americanos.

Neste aspecto far-se-á necessário incentivar o sentimento da valorização, identificação e pertencimento nacional, através de pesquisas e levantamento documental que culminavam nos textos produzidos.

O despertar oriundo desses escritos, reforçam o importante papel deles na escrita de nossa história, e a necessidade de obter essas produções, faz com que o Imperador incentive os membros e sócios através de premiações das produções mais instrutivas, com medalhas, e prêmios em dinheiro.

Em 1840 o primeiro secretário Januário da Cunha Barbosa, decide oferecer um prêmio de cem mil réis para quem apresentasse:

(...) o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil organizada com tal sistema que nela se compreendam as suas partes, política, civil, eclesiástica e literária”. Os demais sócios, sensibilizados com a proposta, decidem assumi-la como própria oferecendo adicionais 1000\$000 rs. (RICUPERO, 2004, p.124)

Vencedor de um desses prêmios, por apresentar a proposta de como se produzir da melhor forma a história do Brasil, o bávaro Karl Friedrich Von Martius, que se mostra consciente de ser um estrangeiro propondo a escrita da história brasileira, reflete sobre o impacto ou desconforto que poderia ser gerado por sua nacionalidade ser outra, explicitado no momento de apresentar sua produção *Como se deve escrever a história do Brasil*. Von Martius afirma “muito longe estou eu de me julgar do número dos ilustres literatos brasileiros habilitados para preencherem as vistas do Instituto” (apud RICUPERO, 2004 p.87).

Comedimento a parte, o ponta pé inicial de seu trabalho cerceou muitos outros estudos por parte de intelectuais do IHGB. O texto apresentado por Von Martius tem início na exaltação da natureza muito diversa do imenso território nacional, discorre sobre as três raças: cor de “cobre americana, caucasiana e preta”, recomenda o estudo sobre o indígena, dedica um trecho maior aos portugueses e por fim aos negros.

Apresenta o português enquanto provedor de condições e garantias morais e físicas importantes para formação nacional, sem ignorar o papel do indígena e do negro, que miscigenados deram origem aos brasileiros. Para Von Martius não se deve excluir a relação entre as raças.

Escrito em 1843, ele propõe que a história indígena merece atenção, pois integra a história do Brasil, então se deve superar a obscuridade ao redor do passado indígena, antes da chegada portuguesa, para que se compreendam melhor nossos alicerces, uma sugestão seria a elaboração de um dicionário da língua indígena principalmente o Tupi, por parte de linguistas integrantes do Instituto, tratando o idioma enquanto documento a ser conhecido e pesquisado.

Além da língua as atividades espirituais devem ser buscadas nos documentos. Von Martius estimula que outro intento poderia trazer resultados surpreendentes, a investigação arqueológica, pois tão próximo de nós viveram outras civilizações que deixaram um legado de monumentos como os existentes no Peru, possivelmente procurando poderia se encontrar em nosso território vestígios como de nossos vizinhos.

Em contra partida as várias ideias de aprofundamento nas pesquisas sobre o indígena, Von Martius propõe quanto aos negros que é importante atentar aos mitos populares, suas superstições, conhecer suas opiniões, atentar a muitos de seus costumes, os defeitos e também suas virtudes.

Buscar esses dados e conhecer a necessidade de mão-de-obra em nossas terras, que estimulou o tráfico negreiro, sem deixar de lado a influência deste tráfico e suas relações para com a história do Brasil.

Pois nos faltava esclarecimentos sobre como ocorreu o manejo dos negros, como esses lidavam com esse evento, e qual a influência do tráfico em Portugal e na sua grande colônia.

Von Martius afirma que o Brasil seria diferente sem os negros, mais deixa uma lacuna a ser avaliada pelo historiador que se propor efetivamente a escrever a história do Brasil, para após ponderar toda influência dos negros para nossa nação, então concluir se a diferença seria para melhor ou pior.

Quanto aos caucasianos, que recebem o mérito da descoberta destas terras por suas façanhas marítimas, comerciais e guerreira, a proposta é que os portugueses não sejam restritos a este evento, mas Von Martius chama atenção para necessidade do aprofundamento das pesquisas do historiador para se compor um quadro do século XV.

Esse quadro seria útil para se conhecer o homem que saiu de Portugal para chegar ao novo território, e já nas novas terras se organizar e se relacionar com quem encontrariam. Outro ponto seria pensar nas milícias aqui formadas, como ocorreu seu recrutamento, se foram suas armas ou apenas sua astúcia que articulava as ações com os indígenas que aqui encontraram.

É importante pensar sobre o português que veio para o Brasil, para refletirmos sobre como ele foi formado e de que maneira ele formou e estabeleceu as relações no novo território, uma vez que a colônia não é uma reprodução fiel da metrópole. Como podemos perceber, por exemplo, na legislação da colônia que estava mais isenta do direito romano que a portuguesa e as relações eclesiásticas e monacais que também ocorriam com suas especificidades.

Ainda que Portugal mantinha-se vigilante sobre a influência das ordens eclesiásticas no interior da colônia. E em se tratando destas ordens, principalmente a Jesuítica, Von Martius chama atenção da riqueza de informações sobre nossa história que podem ser adquiridas no acervo documental da ordem.

Pois os jesuítas estabeleceram estreitos laços com os indígenas, mais do que qualquer outra ordem, e esses importantes registros oriundos desta relação, poderiam acrescentar sobre a história do Brasil, dos indígenas e também sobre os bandeirantes (que entre outras atividades, capturavam índios para escraviza-los).

Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, o autor apresenta ainda a necessidade de se conhecer o leitor dessa história que será produzida, o seu grau de instrução, sua contemporaneidade, que pode contribuir com alguns aspectos como, as casas dos colonos, se

nas províncias residem nas áreas rurais ou na cidade, se trabalham relacionados com lavouras ou comércio, e qual tem sido a história escrita nas diferentes regiões do Império.

Pois Von Martius elogia apenas parcialmente esta história produzida nas províncias, que tem relevância e importância no contexto geral, mais afirma que elas não satisfazem a historiografia, uma vez que incluem muitos fatos cotidianos sem relevância histórica, como simples ações dos prefeitos de liberar ou proibir ações cotidianas.

Essa abordagem enfatiza que a história pode despertar o sentimento do Brasil como um todo, identificando o passado comum, para alimentar um futuro também comum, ainda que cada qual tenha suas particularidades, mais uma parte deve se tornar integrante de outra parte, com a reciprocidade, um caráter capaz de reanimar o sentimento sobre a pátria, despertar amor pela nação e capaz de suscitar virtudes cívicas.

Von Martius conclui sua proposta de escrita da história, chamando atenção para particularidades locais, que não devem ser rejeitadas, porém por vezes são desconhecidas pelo historiador, são elas: clima, vegetação, costumes, entre outras características que serão superadas através de expedições ao interior do país. Atenta ainda que o escritor da história deva pensa-la nos parâmetros de “um estilo popular posto que nobre e deverá satisfazer não menos o coração do que a inteligência (...)” e ainda que “imprima a sua obra todo o seu amor e todo zelo patriótico” (MARTIUS, 1982, p.55).

Ricupero em seus estudos reconhece que a publicação de Von Martius tornou-se inspiração para trabalhos futuros sobre nossa história e afirma que “seu único defeito seria, inclusive, de ser boa demais”. (2004, p.124)

Dos historiadores ligados ao IHGB, dispostos a abraçar o desafio da escrita de nossa história, de levantar os conhecimentos necessários e despertar os sentimentos essenciais para consolidar a nação brasileira, citamos o membro do Instituto “que viria a ser considerado o “pai da história brasileira”.” (GUIMARÃES, 1988, p.23). Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, brasileiro, filho de europeus, que mergulha em arquivos da Europa na busca de documentos para escrever *A História Geral do Brasil*, pois “considera como tarefa principal de sua geração a criação de uma nação brasileira e a superação do estatuto colonial”. (RICUPERO, 2004, p.133)

“Para A. Canabrava, a sua obra é o monumento da história brasileira do século XIX”(REIS, 2002, p.29)

Varnhagen inicia sua obra com a descrição da nossa natureza, ainda que por vezes descrevendo com certa depreciação do meio, comentando o aspecto sombrio das matas virgens. Exalta o passado português, o período colonial e sustenta um mutualismo metrópole/colônia, onde “o Brasil não se esquecerá jamais do seu tutor na infância, e Portugal não se esquecerá jamais dos socorros que o Brasil lhe prestou. Nenhum deles é devedor do outro. Ambos devem gratidão e louvores um ao outro.” (idem, 2002, p.44)

Atribui grande importância ao Estado, percebe na colônia uma mescla de características feudais, como a organização em capitâncias hereditárias, com os objetivos mercantis que refletem até no nome atribuído a colônia que de Terra de Santa Cruz torna-se Brasil, mostrando que “o nome do lenho lucrativo suplantasse o lenho sagrado” (apud RICUPERO, 2004, p.133).

Varnhagen defende a necessidade de se povoar o território nacional de forma que ocorresse maior homogeneização, e para isso ele pensa que o fim da escravidão seria indispensável. Sugere estimular o patriotismo, para superarmos o egoísmo, a redução das distâncias principalmente com o uso dos meios de transporte aquático e ferroviário, pois defende arduamente a unidade, inclusive repudia algumas rebeliões regionais que pusessem em risco a unidade. Afinal a união facilita em vários aspectos, por exemplo, na defesa de possíveis invasões territoriais.

Neste contexto da unidade, adentra a questão das raças, ainda que devido ao saudosismo colonial, caracteriza o indígena de forma negativista, acredita que “o cruzamento entre raças como que diluiria sangue índio e negro em branco e deveria tornar esse Império mais homogêneo e similar às nações da civilizada Europa”. (RICUPERO, 2004, p.137)

De acordo com Ricupero, Varnhagen não deixa de reconhecer a influência do indígena, na construção de nossa nação, ao mesmo tempo em que vê a influência jesuítica de forma negativa, pois ao proibir a exploração do trabalho dos índios, o jesuíta torna-se corresponsável da escravidão africana, demonstrando o repúdio á escravidão africana por parte do autor.

A história do Brasil pela primeira vez feita por um brasileiro, em meados de 1850 que “desenhará o perfil do Brasil independente, oferecerá á nova nação um passado, á partir do qual elaborará o futuro.” (REIS, 2002, p.24)

Varnhagen enfatiza positivamente a colonização portuguesa, como um feito promissor para colônia, que vai além da herança da civilidade européia, da religião cristã e deste vasto território, garante para Brasil nobres sentimentos a “nação recém-independente que precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro.” (idem 2002, p.25)

Seus estudos e levantamentos documentais, tão importantes para a gênese de nossa nação, contou com a proteção do D. Pedro II, que disponibilizou incentivo e recursos para sua obra, porque como afirma Reis “O jovem Imperador aliás, precisava muito da história e dos historiadores.” (2002, p.25)

Os recursos do Imperador não se restringiam ao IHGB, o “mecenas” das artes estimulava e subsidiava outas áreas e instituições, como por exemplo, financia estudos de medicina, reinaugura em 1838 o colégio Pedro II, implementa a Academia de Belas- Artes criada em 1826, e cria em 1857 a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional.

Dentre esses incentivos, as viagens para pesquisa, levantamento de dados territoriais e dos povos no Brasil, permite integrar a historiografia do IHGB, os relatos de viagens “coerente com o objetivo a que se propôs, de esboçar o quadro na Nação, o IHGB incentivará ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional.” (GUIMARÃES, 1988, p.19)

Essas viagens ao mesmo tempo em que era útil para delimitar nosso território, conhece-lo geograficamente, relevo, fertilidade do solo, hidrografia, fauna, flora, também eram utilizadas com a finalidade de registrar povos e costumes, presentes no interior de nosso vasto território. Permitindo aos integrantes dessas expedições produzirem estudos geográficos, científicos, sobre história regional e dos indígenas.

Esses temas são fundamentais para muitas das produções realizadas pelos intelectuais do Instituto, estas viagens permitem uma produção rica em detalhes pela proximidade com os objetos, abrange interesses do Instituto, Estado e contribui para a unidade nacional.

A contribuição ainda é mais ampla, no sentido em que além de possibilitar a produção historiográfica, sobre as origens de nosso país, os estudos das características regionais em prol do todo da nação, permite ainda subsidio para produção literária e iconográfica, tanto por parte de desenhistas que integravam essas expedições como para os demais artistas que se propunham a pintar nossa nação neste período.

Como afirma Ricupero, “a história tem, contudo, como gênero narrativo, pontos de aproximação significativos com a literatura. Ambas ordenam, elaboram quadros inteligíveis, no que não deixa ser uma operação essencialmente política, de seleção de fatos e valores.” (2004, p.141)

O importante papel da história na gênese de nossa nação é imprescindível, e o da literatura também merece seu destaque, tanto no que se propõe fazer nas suas áreas específicas, e nos momentos que se fundir e interagir, em situações como “a literatura por sua

vez pode intervir na história, estabelecendo muitos de seus temas e problemas, o que é particularmente verdadeiro quando os dois campos não estão bem definidos.” (RICUPERO, 2004, p.141)

Bem definidas ou não, ao longo das pesquisas históricas e geográficas no processo de formação e consolidação de nossa nação, temos também a formação da literatura brasileira “ao mesmo tempo que a historiografia literária, impregnada pela mesma ideologia com a qual a historiografia nacional apoiava a nascente monarquia, criou a literatura dando origem á identidade brasileira que a legitimava.” (apud RICUPERO, 2004, p.85)

“Entre literatura e a realidade, a verdadeira história nacional e a ficção, os limites pareciam tênues. No caso da história estava a serviço de uma literatura mítica que, junto com ela, “selecionava origens” para nova nação.” (SCHWARCZ, 1998, p.136)

Essa linha tênue dá espaço ao projeto estético do Romantismo, ligado ao nacionalismo que é a exaltação “dos sentimentos do povo e as tradições, que lhe foram marcando o destino” como “afirmação de interesses da nova comunidade, em face dos interesses da metrópole” (LIMA SOBRINHO, 1995, p.7/10).

Alguns aspectos abordados e exaltados desde o início na escrita de nossa história, são exaltados também no contexto do Romantismo, enquanto outros inicialmente marginalizados historicamente, na literatura são exaltados.

São os de maior destaque, a natureza elogiada historicamente por sua vastidão, riqueza, diversidade, ao mesmo tempo em que o indígena é marginalizado após a chegada dos portugueses civilizados, enquanto no Romantismo a natureza é também exaltada por sua grandeza e exuberância, e o indígena ganha uma nova abordagem.

O Romantismo transforma o indígena em um importante símbolo nacional, o Brasil possuía a ciência de sua diversidade, das três raças que Von Martius denominou como cor de cobre americana, caucasiana e preta, e neste contexto, o “negro lembrava a escravidão, o indígena permitia indicar uma origem mítica e unificadora” (SCHWARCZ, 1998, p.140).

Essa característica mítica, nobre e mais autêntica que será dada pelos românticos ao índio, considera que a particularidade da nossa nação estaria na mestiçagem, as três raças que formaria uma raça “nova”, os brasileiros, exaltados, porém sem deixar de lado a monarquia, que manteria a unidade do país. Isso demonstra que o Brasil, mantém uma relação harmoniosa com as diferentes raças que a formam.

Nossa identidade é formada historicamente ás custas de muitos estudos e esforços da “elite intelectual do segundo reinado, impregnada das ideias românticas, que considera que para existir nação, é preciso que haja literatura e historiografia brasileira” (RICUPERO, 2004, p.86)

Assim como na historiografia do IHGB, onde tivemos Von Martius que elaborou o projeto de escrita da história, e depois os historiadores que se propuseram a escrever a história do Brasil, tanto estrangeiros como brasileiros, na literatura também encontramos algumas especificidades, o Romantismo, dá espaço a outro projeto cultural, que partido da elite vai se ampliando.

Esse projeto é o indianismo, que obscurece a escravidão, permite afirmações nacionais e estimula produções literárias com a temática do indígena. Essas produções não se restringe a literatura apenas, mais alcança também a iconografia política, onde imagens são produzidas, assim como textos com inspiração nos índios, por exemplo, “junto a alegorias clássicas surgem indígenas quase brancos e idealizados em ambiente tropical” (SCHWARCZ, 1998, P.142)

Seja na literatura, iconografia ou historiografia, para que se possa produzir é necessário conhecermos a composição, partindo desde seus primórdios até sua culminância, por isso é interessante meditar na afirmação de Ricupero:

o passado, reconstruído intelectualmente, é, de maneira geral, uma importante fonte de legitimação para o poder e a ordem social existente. Basicamente seleciona-se entre os acontecimentos e as estruturas do passado aquilo que pode dar suporte a uma narrativa que dote de significado a experiência da comunidade nacional” (RICUPERO, 2004, p. 114)

No contexto da atenção aos acontecimentos, e consolidação dos suportes, nos voltamos ao IHGB, sobre suas produções e qual deveria ser a concepção de história que exprima-se na Revista de abril 1847:

Deve o historiador, se não quiser que sobre ele carregue grave e dolorosa responsabilidade, pôr a mira em satisfazer aos fins políticos e moral da história. Com os sucessos do passado ensinará a geração presente em que consiste a sua verdadeira felicidade, chamando-a a um nexo comum, inspirando-lhe o mais nobre patriotismo, o amor as instituições monárquico-constitucionais, o sentimento religioso, e a inclinação aos bons costumes.” (apud GUIMARÃES, 1988, p.16)

É o próprio historiador o responsável por legitimar os fatos e acontecimentos que contribuíram e culminaram na gênese da nação brasileira, bem como na criação de nosso panteão.

E pensando nos heróis de nossa nação, responsáveis desde seus primórdios, atentamos a D. Pedro, a proximidade entre IHGB e este o monarca que não garantia um distanciamento histórico suficiente para se avaliar o reinado do Imperador, um dos motivos é

se o IHGB não funcionasse na casa do monarca, mas tivesse sede própria, não dependesse da boa vontade dos governantes, atuando verdadeiramente como uma instituição autônoma, talvez tivesse garantido uma existência menos precária, mas neste caso, o instituto Histórico Geográfico Brasileiro não seria o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, nem o Brasil do século XIX seria o Brasil do século XIX. (RICUPERO, 2004, p.129)

Em se tratando do espaço físico do Instituto, primeiramente reúnem-se na SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional) criada em 1827, com espírito iluminista, comungando a integração das regiões, para alcançar um todo brasileiro. Apesar do pensamento semelhante, as instituições, seguem independentes uma da outra.

Logo em 1839 aos cuidados de D. Pedro II, reúnem-se em uma sala no Paço Imperial, no Convento do Carmo, que apresentava dificuldades estruturais em uma parte do prédio e inicialmente abrigava vários silogeu, que pouco a pouco conquistam suas sedes, assim o prédio do Silogeu abrigou apenas o Instituto, e na inauguração das novas instalações em 15 de dezembro de 1849, o discurso foi feito por D. Pedro II:

Sem dúvidas, senhores, que a vossa publicação trimestral tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apressado, que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo se atinja perfeitamente, é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vós tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertence digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da ciência é exclusivo, e concorrendo todos unidos para tão nobre, útil, e já difícil empresa, erijamos assim um padrão de glória à civilização da nossa pátria.(...) (apud GUIMARÃES, 1988, P.11)

O prédio do antigo Silogeu, no paço Imperial, hoje ao lado da sede própria o atual prédio do Instituto, sobrevive até a década de 1970 quando foi demolido para o alargamento da Rua Teixeira de Freitas, região da Glória.

Diferente de outras academias, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro subsiste até os dias atuais, a Revista ainda é publicada trimestralmente, disponibilizando reimpressão de todas as suas edições, um amplo acervo de importantes títulos estão disponíveis em sua biblioteca, auditórios e um rico museu, apresentando objetos, fotos, manuscritos e documentos da nação.

“Assim, a maior prova do sucesso do IHGB é que hoje, mais de 150 anos depois de sua fundação, ideias como o papel benévolo da unidade e da relação das três raças

no que somos, são para nós tão óbvias que praticamente não conseguimos imaginar como podem ser questionadas.” (RICUPERO, 2004, p.151).

As palavras de Ricupero refletem o que nossos olhos podem ver em nossos dias. Mostra ainda que 173 anos se passaram, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro foi criado para que documentos, pesquisas e estudos, históricos e geográficos fossem realizados e organizados em prol da nossa gênese nacional, com a busca do passado concomitantemente aguçando expectativas para nosso futuro.

### Referências Bibliográficas

BOMFIM, Manuel. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

FERREIRA, Tânia M. T. Os livros na imprensa: as resenhas e a divulgação do conhecimento no Brasil na segunda metade do século XIX. In: CARVALHO, José Murilo de. *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº1, 1988, p. 5-27.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1870*. (trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octavio. *Classe e Nação*. Editora Vozes: RJ, 1986.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. (trad. Marina Appenzeller). Campina, SP: Papirus 1996.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Desde quando somos nacionalistas?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTIUS. K. F. Von. *Como se deve escrever a História do Brasil*, in O Estado de Direito entre os autóctones do Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1982.

MICELLI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.